

O PALÁCIO  
DOS  
CONDES  
DE  
REDONDO:  
IMAGEM  
PALACIANA,  
ESPAÇO  
E  
FUNÇÕES

---

JOÃO VIEIRA CALDAS E RAQUEL MEDINA CABEÇAS

# O PALÁCIO DOS CONDES DE REDONDO: IMAGEM PALACIANA, ESPAÇO E FUNÇÕES

JOÃO VIEIRA CALDAS<sup>1</sup> E RAQUEL MEDINA CABEÇAS<sup>2</sup>

## Introdução: a imagem palaciana

O palácio dos condes de Redondo, a Santa Marta, tal como se nos apresenta hoje, faz parte de um enorme grupo de casas nobres lisboetas que a tradição consagrou como «palácios seiscentistas». Não porque, para a maior parte deles, haja documentos que permitam afirmar que, no essencial, foram construídos ao longo do século XVII, mas porque as suas fachadas, por muito diferentes que sejam no recorte, na extensão e na altura, têm sistematicamente características arquitetónicas comuns que parecem obedecer a um imperativo de uniformização.

São todos enormes casarões com fachadas enquadradas por expressivos cunhais em cantaria e por cornijas salientes (acompanhadas, pouco abaixo, por um pequeno cordão), elementos construídos em pedra lioz, quase sempre complementados por socos deste material que chegam a revestir integralmente o piso térreo. Sobressai, no andar superior, uma extensa fiada de janelas de sacada, destacada dos pisos inferiores por uma estreita faixa de cantaria saliente, da mesma espessura das sacadas, que nuns casos parece contorná-las, noutras forma uma consola contínua na qual assentam, a espaços regulares, as guardas em ferro das janelas, sistematicamente de «varões e nós».

De entre os aspetos partilhados por todos estes palácios, vale a pena chamar a atenção, em primeiro lugar, para aquele que menos tem sido referido, quando não é mesmo negado. Referimo-nos à altura real destes imóveis e ao número de andares visíveis nas suas fachadas. Ao contrário do que muitas vezes se afirma, nas fachadas do palácio urbano de Lisboa predominam não dois, mas três pisos, ainda que frequentemente tenham mais<sup>3</sup>. O próprio palácio dos condes de Redondo, que corresponde, mais que qualquer outro, ao estereótipo da horizontalidade dominante, dada a sua extensíssima fachada principal virada à rua, apresenta três andares bem visíveis (Fig. 1), apesar de a altura do piso térreo ter ficado reduzida aquando da renovação e elevação do pavimento da rua de Santa Marta<sup>4</sup>.



Em segundo lugar, é impossível não referir a absoluta regularidade na distribuição dos vãos, pelo menos nos pisos principais (superiores), obedecendo a uma métrica controlada pela disposição rítmica da pilastras. No caso do palácio dos condes de Redondo, essa disposição é rigorosamente simétrica obedecendo a um ritmo de vãos entre pilastras igual a  $2+4+2+6+2+4+2$ . Como em muitos outros palácios coevos, o portal nobre constitui uma exceção na ordem estabelecida, pois não se encontra no eixo de simetria da fachada nem está integrado na rigorosa grelha dos outros vãos. Submete-se, no entanto, ao ritmo imposto pelas pilastras, implantando-se ao centro de uma das secções de quatro vãos que aquelas definem, mas não ao centro do edifício<sup>5</sup>.

O terceiro aspeto de relevo comum às fachadas de todos estes palácios ditos seiscentistas é a absoluta uniformidade do desenho das janelas de sacada do piso nobre. São guarnecidas de molduras de cantaria lisa, quase sempre encimadas pelo que tem sido descrito como um duplo lintel e cornija, mas que, em rigor, é um entablamento simplificado, com arquitrave, friso e cornija, em que o primeiro lintel corresponde à arquitrave e o lintel superior corresponde ao friso. Quando mais nenhum traço os distingue, são separados por um pequeno cordão.

Entre as janelas dos diversos palácios há apenas diferenças de pormenor que um olho não experimentado nem sempre deteta, seja na existência (ou não) de um estreito rebordo de enquadramento das peças de cantaria (ombreiras, arquitrave e friso), seja na eventual extensão da arquitrave que pode, assim, ultrapassar ligeiramente o alinhamento vertical das ombreiras e do friso, seja nas variações de desenho da modenatura da cornija.

No piso nobre do palácio de Santa Marta, as ombreiras e o lintel/arquitrave das janelas são completamente planos, a arquitrave não se estende além do alinhamento das outras peças de cantaria e a superfície do friso tem um rebaixo que origina um rebordo de contorno (Fig. 2).

Num esforço de enobrecimento relativo dos dois pisos inferiores, os respetivos vãos, que, como é comum, são guarnecidos de molduras em cantaria mais simples, à falta de friso e cornija têm o lintel ligeiramente saliente. Mais original é o facto de o piso intermédio ter uma segunda correnteza de janelas de sacada, alinhadas com as do piso nobre mas mais discretas, como já se viu pela simplicidade das molduras (Fig. 3), com guardas de varões e nós, mas subtilmente mais estreitas e menos profundas pois, embora assentem, como as do andar nobre, numa faixa de separação dos pisos, enquanto a faixa que delimita o piso nobre funciona como uma contínua consola saliente, a faixa de separação do piso intermédio só tem a espessura necessária para servir de apoio às guardas das varandas que, deste modo, ficam praticamente encostadas à parede<sup>6</sup>.

## A implantação e os interiores dos palácios urbanos

Já no que se refere à planta e à conseqüente organização do espaço interno, não só todos os palácios em causa são muito diferentes uns dos outros, como não há sequer dois que se possam dizer semelhantes quanto à implantação e à forma global do edifício. Podem, quando muito, dividir-se grosseiramente em dois grupos: os que se encontram na zona central da cidade, nos impropriamente chamados «bairros históricos»; os que se implantam ao longo das antigas vias principais de acesso ou saída da cidade, tendo, com o tempo, sido englobados por esta.



Fig. 2 – Janela de sacada do piso nobre (João Vieira Caldas, 2013).



Fig. 3– Janela de sacada do piso intermédio (João Vieira Caldas, 2013).

Os primeiros evoluíram geralmente em lotes urbanos de extensão limitada e configuração irregular, tendo de se adaptar, frequentemente, aos acentuados desníveis da cidade velha. Os respetivos logradouros, na sua ilimitada variação, chegam a ficar reduzidos a pequenos saguões de arejamento e iluminação complementar. Os segundos, apesar do enquadramento suburbano que lhes permitia ter jardins e até terrenos de cultivo, ou mesmo verdadeiras quintas, implantavam-se preferencialmente à beira da estrada (hoje rua) exibindo publicamente as suas extensas fachadas. Como já se percebeu, o palácio dos condes de Redondo é paradigmático deste segundo tipo.

Verifica-se, no entanto, que, apesar da disparidade das volumetrias e das formas das plantas destes palácios, há hábitos de vida comuns à alta nobreza que permitem fazer paralelos entre certos aspetos da distribuição interna das suas casas urbanas. Há compartimentos com as mesmas funções, as mesmas denominações e ocupando posições afins, e até se conseguem identificar sequências mais ou menos padronizadas, embora as divisões que as constituem variem muito quanto às respetivas forma e dimensão, e mesmo quanto às suas posições relativas. A própria evolução da composição da família, ou dos usos e costumes respeitantes ao habitar, mais suscetíveis às novas modas nas classes altas, por muito conserva-

doras que pudessem ser, conduz à necessidade de, com o andar dos tempos, se efetuarem mudanças no interior de um mesmo palácio.

A mobilidade funcional no seio das habitações da nobreza era, portanto, comum durante o Antigo Regime, embora com tendência para diminuir à medida que este caminha para o fim. Em particular a partir de meados do século XVIII, quando a especialização funcional e novas exigências de conforto e intimidade se começam a difundir na aristocracia. Em Lisboa, só no final do reinado de D. João V se deteta o desenvolvimento de padrões respeitantes a uma ligação significativa entre a distribuição funcional, a dimensão e a forma dos compartimentos, nomeadamente no que se refere à existência e posição de uma escadaria nobre e a uma relação métrica e hierárquica entre a fachada principal e as salas de aparato.

Consequentemente, e ao contrário do que acontece nos palácios joaninos, as alterações efetuadas nas fachadas dos palácios ditos seiscentistas desde que foram construídas, mesmo que muito variáveis em extensão e profundidade, quase nunca impedem o entendimento dos seus princípios de composição, facilitando as reconstituições hipotéticas. Os interiores é que é raro manterem as características que então tinham, ainda que, parte deles, pudessem corresponder à mesma campanha de obras das fronteiras. Primeiro, porque a decoração e os acabamentos internos, geralmente, só eram executados depois de concluídos os exteriores, nomeadamente depois de terminadas as coberturas, por motivos óbvios de conservação e mesmo de possibilidade de execução. Segundo, porque esses acabamentos raramente eram executados de um só fôlego, em particular os silhares de azulejo, a pintura de paredes ou tetos, e, mais tarde, também os estuques, devido à delicadeza e morosidade próprias destas operações. Além de que, decorrendo estes trabalhos quando o financiamento previsto começava a falhar e sendo objeto de empreitadas autónomas, era vulgar, sobretudo os silhares de azulejo, irem sendo executados e aplicados por fases. É por isso comum encontrarem-se palácios aparentemente coerentes e bem conservados em que os lambris de azulejos têm mãos e expressões diversas, mesmo quando não aparentam diferenças estilísticas significativas nem intervalos cronológicos que levantem a hipótese de, entretanto, ter havido uma obra de remodelação. Em terceiro lugar, dado muitos destes palácios terem sido habitados, com ou sem interrupções, desde que foram construídos, é natural que tenham tido, em diversos momentos da sua existência, obras pontuais ou extensivas de conservação ou de restauro e, provavelmente, obras de modernização e adaptação a novas modas decorativas e funcionais. E se ficavam muito tempo desabitados, o que também não era raro, eram sobretudo as coberturas e os interiores que necessitavam de reabilitação. Uma e outras, porém, salvo quando incluíam grandes ampliações, não implicavam geralmente modificações radicais. Foram quase sempre as grandes transformações sociais, políticas, económicas, técnicas e culturais dos séculos XIX e XX que determinaram as maiores alterações nos palácios de Lisboa construídos nos séculos anteriores, a ponto de, nalguns deles, transposto o portal de entrada, não se reconhecer qualquer vestígio nem das antigas vivências, nem sequer dos primitivos espaços.

O palácio dos condes de Redondo, a Santa Marta, passou por todos os tipos de remodelações acima referidos e não foge à regra: as maiores e mais radicais transformações ocorreram ao longo do século XX, algumas dando origem a modificações irreversíveis de grandes extensões do edifício, das quais não ficou qualquer registo<sup>7</sup>.

Desde que a respetiva quinta foi vendida à sociedade encabeçada por Henrique Burnay, que promoveu a urbanização do bairro Camões<sup>8</sup>, o palácio teve diferentes proprietários e muitos mais inquilinos até

ser comprado, nos anos 80 do século XX, pela Universidade Autónoma de Lisboa. Durante esse período teve as ocupações funcionais mais diversas, por vezes várias em simultâneo, o que significa que não só foi sendo dividido de forma relativamente aleatória como sofreu alterações destinadas a facilitar o acesso às várias «frações». Pelo menos até meados do século XX foi parcialmente ocupado com habitação: «1939 - incêndio parcial na ala S.; meados do séc. 20 - sendo proprietária a condessa de Arnoso, o palácio chegou a albergar instituições de assistência social, 2 escolas primárias e vários estabelecimentos comerciais, além de funcionar como habitação para famílias pobres»<sup>9</sup>.

É todo este conjunto de fatores que dificulta a reconstituição virtual do espaço interno e, portanto, nesta como noutras habitações da primeira nobreza, a perceção de como teriam sido, e de que modo se articulavam, os espaços palacianos do Antigo Regime, em particular os pré-joaninos.

## Cronologia e caracterização estilística

O estudo do palácio de Santa Marta coloca, assim, duas ordens de problemas, ambas de interpretação discutível: como se organizava o interior do palácio no momento em que a fachada principal atingiu a forma que lhe conhecemos hoje e como evoluiu a sua distribuição funcional desde que há notícia da sua existência, em finais do século XVI, até cerca de 1880, ano em que foi festejada a urbanização do bairro Camões; de quando data e de quem foi a iniciativa da grande obra que deu origem à extensa fachada de desenho regular e de conceção una que chegou até nós.

Que todo o palácio terá tido a sua origem remota numas «casas» existentes no sítio não constitui novidade. Quase todas as grandes casas nobres urbanas ou rurais resultam do sucessivo engrandecimento de edificações mais pequenas e irregulares situadas num terreno de algum modo privilegiado. Mesmo aquelas que aparentam ter sido construídas de raiz, que estão implantadas na proximidade de outras «casas» que as precederam na mesma localização, ou que foram edificadas à custa da sua demolição.

Se a interpretação funcional e cronológica da organização interna permite chegar a poucas certezas e a várias soluções hipotéticas, deixando por resolver inúmeros problemas, a fixação da cronologia da fachada, no caso específico do palácio de Santa Marta e com os dados documentais até agora disponíveis, não é a questão mais fácil de resolver. Mas tem sobre os interiores as grandes vantagens de, aparentemente, ter sido construída numa única campanha de obras (mesmo que resulte de um tempo longo de execução), de corresponder a um projeto coerente e de evidenciar uma linguagem arquitetónica reconhecível.

É também possível estabelecer-lhe balizas cronológicas. Não foram encontradas referências diretas à existência de uma casa senhorial, com uma implantação semelhante à daquela, antes de ter sido morada de D. Helena de Sousa, filha de Tomé de Sousa, primeiro governador do Brasil, e viúva de Diogo Lopes de Lima que morreu na batalha de Alcácer Quibir.

D. Helena de Sousa foi padroeira do vizinho convento feminino de Santa Marta, cuja capela-mor custeou e reservou para seu panteão familiar. A lápide que dez anos mais tarde, em 1598, mandou colocar na parede do lado da epístola da referida capela-mor é, a esse respeito, um documento inequívoco. A mesma lápide confirma que dez anos antes tinha mandado abrir uma tribuna na parede da capela-mor

do lado do evangelho para poder orar e assistir às cerimónias religiosas «sem sair de casa», donde se conclui que, ao contrário do que se poderia pensar, a igreja do convento foi construída paredes-meias com as casas de D. Helena de Sousa, presume-se que preexistentes. Aliás, se a primeira pedra do convento, na forma que se reconhece ainda hoje, foi lançada em 1583<sup>10</sup>, a abertura da tribuna para a capela-mor terá seguido de perto ou mesmo acompanhado a construção desta última.

Por outro lado, sabemos que em 1727 a fachada principal do palácio estava completa e tinha a mesma dimensão e expressão arquitetónica que hoje apresenta, (se descontarmos o número de vãos e a distorção de proporções) através de uma gravura dessa data.

O palácio, ou parte dele, estava nessa altura (c.1727-1728) alugado ao marquês de los Balbases, embaixador extraordinário de Filipe V em Lisboa com a incumbência de finalizar as negociações relativas à «troca das princesas»<sup>11</sup>. A gravura pretende fixar um aspeto das festividades organizadas pelo embaixador, em 10 de setembro de 1727, para celebrar o nascimento do Infante de Espanha D. Luís António<sup>12</sup>.

A análise estilística da fachada não ajuda a precisar o intervalo cronológico. A utilização de uma linguagem arquitetónica clássica simplificada, regular e repetitiva, já atrás descrita, em que sobressaem elementos expressivos da solidez construtiva, como os cunhais, e, quando muito, um portal nobre, inscreve-se na corrente a que, depois de Kubler, podemos chamar «arquitetura chã»<sup>13</sup>. Era comum a todos os palácios urbanos da nobreza construídos, transformados ou ampliados em Lisboa, neste período, com maior incidência no último quartel do século XVII e no início do século XVIII. São palácios que os olisipógrafos e outros estudiosos arrumaram sob a designação genérica de «arquitetura seiscentista», quando queriam evitar chamar-lhes coisas piores<sup>14</sup>, e que só começou a ser reabilitada pelos historiadores de arte pós-kublerianos<sup>15</sup>.

Teoricamente, a conceção de fachadas palacianas com uma distribuição regular e repetitiva dos vãos, que radica nas propostas florentinas do primeiro Renascimento, só começaria a ter reflexos em Portugal a partir de finais do século XVI, num tempo de classicismo, sim, mas pós-renascentista. No entanto, a primeira imagem conhecida de um palácio com essas características em Lisboa, incluindo as janelas de sacada rematadas com entablamentos simplificados no piso nobre (último andar) e guardas de varões e nós, corresponde a um edifício que, em termos planimétricos, não tem afinidades com qualquer outra casa nobre urbana desse tempo e, possivelmente, até foi projetado por um arquiteto castelhano — o palácio Corte Real que se situava junto ao Tejo, entre o Cais do Sodré e o Terreiro do Paço atuais (Corpo Santo).

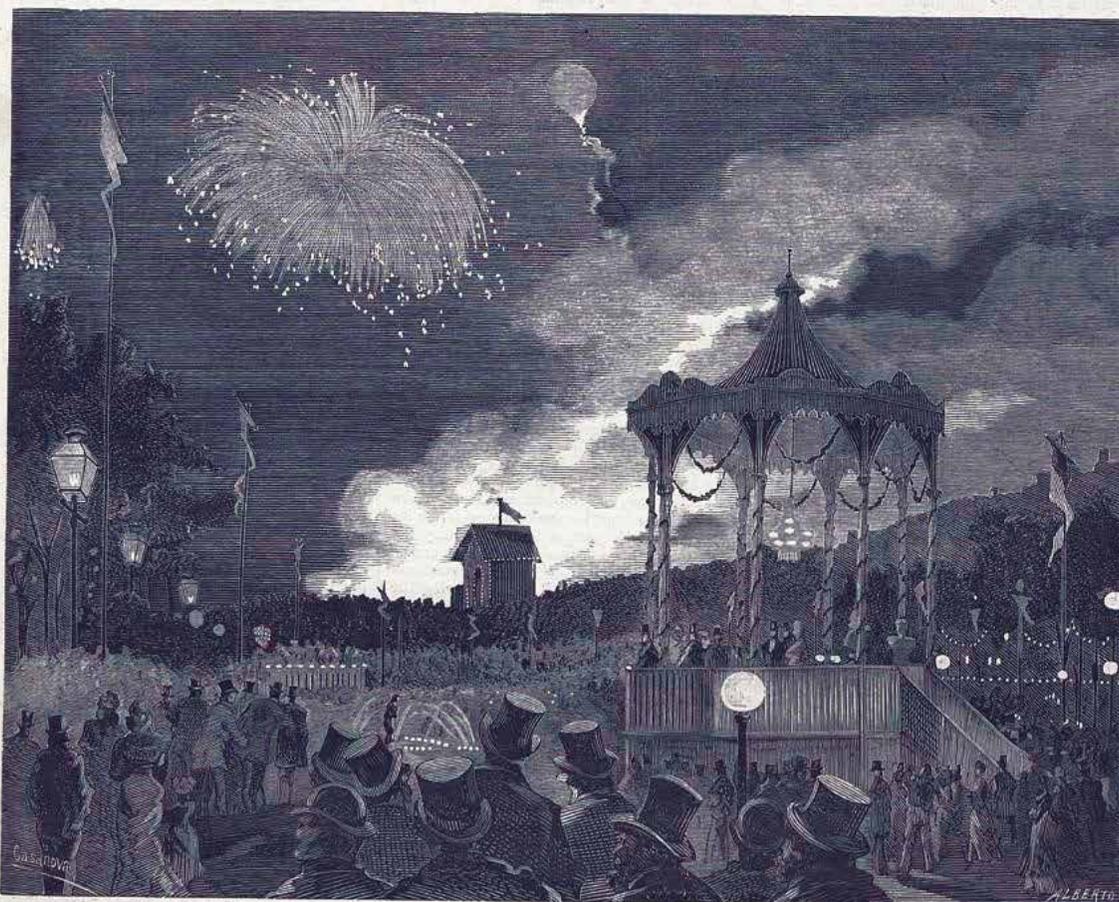
Foi mandado construir no final do século XVI por Cristóvão de Moura Corte Real, valido de Filipe II de Espanha e futuro marquês de Castelo Rodrigo, e já estava concluído em 1619, pois está representado numa gravura que celebra a entrada de Filipe III em Lisboa nessa data. Será essa uma das razões que levaram José Sarmiento de Matos a considerar que «os parâmetros estéticos e ideológicos da Lisboa de corte, que os Bragança vão gerir a partir de 1640 (...), estavam definidos em 1619»<sup>16</sup>. O mesmo autor, referindo-se especificamente ao palácio de Santa Marta e baseado apenas na afinidade entre portais, afirma ainda que a «construção, já existente em finais do século XVI, datará, na sua forma atual, de entre 1616 e 1630, período em que Pedro Nunes Tinoco dirigiu as grandes obras no vizinho Convento de Santa Marta (...), cujo portal da igreja é em tudo igual ao do palácio»<sup>17</sup>.

Um estudo nosso de 2012, não publicado<sup>18</sup>, apoiando-se em documentação levantada por diversos autores sobre as obras realizadas nos palácios da primeira nobreza em Lisboa e nos trabalhos tanto de Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro<sup>19</sup> como de Pedro Madureira Miguel<sup>20</sup>, chega a conclusões que contradizem parcialmente José Sarmiento de Matos — apesar de não resolverem, no caso particular do palácio de Santa Marta, a questão da afinidade entre portais — e, sobretudo, o mito do palácio seiscentista. Leonor Ferrão já se tinha encarregado de explicar que a utilização de um modelo de fachada «antiquado» e repetitivo fazia parte de uma estratégia deliberada da nobreza de corte<sup>21</sup>. O nosso trabalho conclui que a maior parte das transformações e ampliações realizadas em palácios da primeira nobreza que geralmente lhes conferiram a volumetria e a fâcies que mantiveram até à atualidade, isto é, o tal carácter «seiscentista», só começaram a ser realizadas no último quartel de Seiscentos, a maior parte na última década ou mesmo na viragem dos séculos. Algumas foram iniciadas já no século XVIII. Por isso, os acabamentos de interiores, nomeadamente a aplicação de silhares de azulejos, salvo raras exceções, faz-se, sobretudo, nas primeiras décadas de Setecentos.

Conclui também que essa «explosão» construtiva se deu não depois de 1640, mas após o fim da Guerra da Restauração, quando a nobreza de corte se fixou efetiva e definitivamente na capital e teve necessidade de restaurar as suas casas urbanas, adaptá-las às exigências de uma habitação permanente e às necessidades de representação próprias dos grandes do reino ou, caso não o fossem, dos cargos cortesãos que ocupavam. Conclui ainda que quase todas as famílias da primeira nobreza possuíam já casas próprias em Lisboa, a maior parte constituídas por corpos de diferentes épocas ou, até, por diversos corpos das mesmas épocas, aos quais as necessárias ampliações e as novas fachadas vieram conferir uma frente urbana regular e unitária que rara e parcialmente têm correspondente unidade e regularidade na distribuição interna.

No caso do palácio de Santa Marta, a unidade e regularidade de desenho estendia-se à fachada norte, virada ao antigo jardim, onde as recentes demolições na propriedade contígua puseram à vista o andar nobre, constituído por oito janelas de sacada (agora entaipadas) dispostas a intervalos regulares numa composição 2+4+2 intervalada por pilastras de cantaria (a última do lado direito integrada no cunhal de ligação à fachada poente).

Além do uso de um ritmo de vãos existente na fachada principal, a frente agora reposta à vista replica também a respetiva cornija e a faixa de cantaria em que assentam as guardas das varandas (Fig. 4).



FESTAS DO CENTENARIO DE CAMÕES — A NOITE DE 31 DE JUNHO DE 1880 NO NOVO BAIRRO CAMÕES (Desenho do natural por Casanova)

de amor, amor falsificado e barato, que dura o espaço d'um sorriso e se desfaz ao primeiro grito de conquista.

Ella depozera o seu chapéu de palha, d'abas largas, para um lado do terreno, elle, o primo enganador, brincava-lhe com os cabellos, dizia-lhe segredos, desfolhava malmequeres e fingia irritações de colera quando estes lhe respondiam pouco e . . . nada.

A atmosphera morna e perfumada lançava ambos n'uma indolencia fatal e os olhares despediam faiscas magneticas que, instantaneamente, adormeciam idéas e deveres.

Como ella o julgava ali preso, vencido, prostrado, para sempre, a seus pés, dirigindo-lhe phrases doidas, prompto a dar-lhe a vida por um beijo seu, uma insignificancia na verdade! Elle dizia-lhe versos, contava-lhe historias d'amores celebres, romantizava a seu modo, sentindo-se queimar n'uma sensualidade ardente que lhe despedaçava o corpo.

Como que, sonhando acordada, ella sentia-se á beira d'um abysmo, em que, machinalmente, se ia lançar, rolando de pedra em pedra, sem uma haste onde se segurasse, sem mão que a salvasse d'aquelle despinhadeiro.

E o céu estava d'uma transparencia tal que, por bem pouco, não deixava perceber aquelle grande imperio, onde um Deus tem uma *cotterie* toda palaciana e aristocratica e os anjos se tratam por excellencia e por alteza. Um pouco mais e ter-se-ia comprehendido toda a existencia d'além do azul, a existencia das almas boas, que vão ali buscar o premio dos seus martyrios soffridos na terra. Surprender-se-ia talvez

algun banquete de nupcias, onde as virgens, n'uma nudez que aqui em baixo se não disfructa, ouviriam os brindes gaiatos dos gordos seraphins e os cantos alegres das suas cytheras afinadissimas. Que panorama tão grandioso cercava os dois namorados, duas creanças tontas e despreocupadas, para quem o impossivel era uma barreira ridicula que se venciam sem esforço. E os protextos augmentavam desafogadamente, e os beijos estalavam como trinados encantadores dos rouxinoes. Que bom era viver assim, longe das multidões inconvenientes e curiosas, sem outras testemunhas que não fossem o sol, as arvores, as flores. . .

De repente ouviu-se um canto mavioso de pardaes que, certamente, se baloiçavam n'algum ramo da olaia.

Ella procurou-os. O priminho amaldiçoou os impertinentes espectadores que assim perturbavam aquella comedia de dois personagens apenas.

Levantaram-se ambos. Os pardaes davam pequenas gargalhadas, umas risadinhas graciosas e elegantes. Era um ninho, sobre o qual esvoaçava um casal muito inseparavel, abrigando nas suas azas protectoras um pardalinho recém-nascido, de que ambos pareciam soffregos, receiosos que lh'o roubassem.

A rapariga perdia toda a vermelhidão do rosto e, silenciosa, preplexa, empallidecia pouco a pouco, como se lhe fosse a faltar a vida, a apagar-se-lhe a luz, o espirito! O rapaz que a seduzia com trovas e devaneios olhava-a espantado.

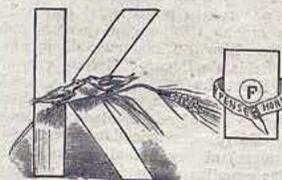
— Que tens? interrogou-a.

— Que tenho? soluçou ella. Olha. . . vêz aquelle ninho? . . . é uma familia, uma trindade encantadora, divina. . . Ouves os seus trinados? são epigrammas que me matam. . .

E dizendo isto deitou a correr, como louca, para casa, onde, á janella, a esperava uma creancinha cheia de lagrimas, gritando: *mamá, mamá.*

CARLOS DE MOURA CABRAL.

ENIGMA



Explicação do enigma do numero antecedente:  
O espirito vale mais que a belleza.

Reservados todos os direitos de propriedade litteraria e artistica.

LALLENANT FRERES TYP. LISBOA  
5 Rua do Thezouro Velho, 6

## Uma história possível para a distribuição interna do palácio

Na planta topográfica de Filipe Folque (ver Fig. 1, p. 51), datada de 1856-1858, e acompanhando a leitura do inventário de 1833<sup>22</sup>, demarcámos os limites das propriedades dos condes de Redondo a Santa Marta.

O palácio está situado do lado nascente da rua de Santa Marta, com a fachada principal à beira da via pública. Confinava a sul com o antigo convento de Santa Marta (atual hospital do mesmo nome) e a nascente com parte do muro da respetiva cerca. A norte do corpo palaciano implantava-se o jardim formal, com um pequeno lago ao centro, e pela encosta nordeste distribuía-se um pomar, terras de sementeira, vinha, olival, uma horta com poço e engenho de nora e um tanque com água que vinha encanada de um ramal do Aqueduto das Águas Livres. Após a fachada do palácio e o muro de suporte do jardim, o limite da propriedade seguia pela rua de Santa Joana na direção do chafariz d'Andaluz, passando pela «casa do cazeiro» junto à qual ficaria o pátio e as casas dos pombos<sup>23</sup>. Virando depois para nascente, a extrema do terreno passava por trás das casas que tinham frente para a travessa do Chafariz d'Andaluz e para a travessa dos Carros, até entestar no ramal do Aqueduto das Águas Livres que abastecia o chafariz do Campo de Sant' Anna. A partir daí o limite do terreno seguia para sudeste, ao longo do mesmo aqueduto e da Carreira dos Cavalos, até encostar à cerca dos padres de Rilhafoles. Seguia pelo lado nascente até às casas da Quinta Nova, onde havia outras que tinham serventia para a calçadinha de Santo António dos Capuchos. Confrontava ainda com os quintais das casas que tinham frente para a rua do Rilhafoles, foreiras aos padres do dito convento, pelo sul com a calçadinha de Santo António dos Capuchos e, a poente, novamente com o muro do convento de Santa Marta<sup>24</sup> envolvendo assim a respetiva cerca.

Do outro lado da rua Santa Marta, diante do portal do palácio e do muro da propriedade, estariam as cavalariças e a cocheira, num terreno com engenho de nora e tanque que ficava ao lado do convento de Santa Joana<sup>25</sup>.

Assim como para a identificação e delimitação da propriedade dos Condes de Redondo na periferia da cidade e no final do Antigo Regime foi cruzado um inventário de 1833 e a planta rigorosa da cidade realizada entre 1856 e 1858, para se propor uma distribuição aproximada dos interiores no Período Moderno recorreu-se à comparação das descrições dos inventários conhecidos com os poucos desenhos camarários existentes, todos eles de obras já realizadas na época Contemporânea, e ainda com os vestígios encontrados na edificação atual de uma organização arquitetónica maioritariamente desaparecida.

A tarefa, porém, é muito mais complexa. Primeiro porque os inventários focam-se mais nos bens que nos compartimentos em que estes se encontram e fazem-no aparentemente sem sequência lógica; segundo porque os projetos de alterações existentes no Arquivo Municipal de Lisboa (AML) são poucos e parcelares; terceiro porque a edificação sofreu alterações de fundo nas últimas décadas que reduziram as já exíguas, mas ainda úteis, remanescências. Acresce que se está a cruzar informação não só de índole diferente como de períodos muito afastados no tempo: os cinco inventários — eles próprios díspares quanto à organização dos seus conteúdos — referem-se a um período de mais de um século (1708-1833); de meados a finais do século XIX a informação arquitetónica é quase nula; os poucos desenhos do AML dispersam-se ao longo do século XX; finalmente, a observação *in loco* destinada a analisar os elementos estruturais, construtivos e espaciais que se conservam do passado, assim como as «cicatrices» deixadas

pelas sucessivas alterações, foi toda realizada já no século XXI. Consequentemente, a proposta de organização interna que aqui fazemos é, em grande parte, conjectural e, nalgumas zonas, pressupõe mais que uma hipótese.

A leitura da documentação — Inventários Orfanológicos<sup>26</sup> e Auto de Sequestro de 1833<sup>27</sup> — confirma que o levantamento dos bens é realizado sala a sala, mas com diferenças, já que os inventários datados de 1708, de 1814 e de 1833 têm mais informação espacial sobre o palácio que os de 1732 e de 1780. Porém, no conjunto dos cinco, repete-se (ou assemelha-se) a designação de alguns espaços que, supomos, atravessaram cerca de dois séculos mantendo as funções e, alguns deles, as mesmas localizações. Encontram-se nesta situação compartimentos como: a «Sala Vaga»<sup>28</sup> ou «de espera»<sup>29</sup>; a «1ª sala do Dossel»<sup>30</sup>, «Sala denominada do Dossel»<sup>31</sup> ou «Çala do Dossel junto à Galeria»<sup>32</sup> ou «do Theatro»<sup>33</sup>; a «2ª каза do Dossel junto ao jardim»<sup>34</sup> ou «2ª Caza do Dossel»<sup>35</sup>; a «Caza imediata à do Dossel»<sup>36</sup>; o «Oratório»<sup>37</sup>, a «Tribuna de dentro»; a «Tribuna de fora» ou «próxima da igreja»<sup>38</sup> (ver tabelas 1 a 6 em anexo).

Estas e outras correspondências podem verificar-se ou inferir-se da leitura das tabelas de levantamento dos espaços que foram realizadas seguindo a ordem por que são referidos na documentação. Verifica-se igualmente que, mesmo quando existem, as sequências de compartimentos não se mantêm de inventário para inventário<sup>39</sup>. Aliás, da análise comparativa dos objetos e mobiliário existentes em cada compartimento, que cruzámos com a informação do documento no qual constam as «Bemfeitorias e obras feitas no morgado de Santa Marta»<sup>40</sup>, confirma-se que não existe, efetivamente, qualquer sequência uniforme nas descrições dos inventários. A informação que fornecem, porém, é suficiente para assegurar algumas certezas e levantar outras tantas hipóteses, no que se refere à distribuição dos principais compartimentos, pelo menos desde o início do século XVIII até ao final do Antigo Regime.

A forma geral que o palácio adquiriu no dealbar de Setecentos, ou que até já traria do século anterior, é praticamente a mesma que lhe reconhecemos hoje, apesar de todas as transformações e ampliações de que depois foi alvo. A fachada unificadora já evidente na gravura de 1727<sup>41</sup> disfarçava, tal como hoje, dois corpos de génese arquitetónica diversa, mas interligados desde a origem, cujos contornos ainda são identificáveis em planta (ou em fotografia aérea) e nalgumas das fachadas secundárias. À esquerda, com acesso pelo portal nobre, organiza-se em torno de um pátio tendencialmente quadrangular o corpo a que, por facilidade, chamaremos *A* e que corresponde aproximadamente à metade norte da frontaria, sem que nesta haja qualquer sinal que o denuncie. A metade direita corresponde a um corpo grosseiramente retangular — o corpo *B* — que se estende para sul até encastrar na cabeceira da igreja de Santa Marta.

O corpo *A* assume uma forma predominantemente quadrangular, já que se dispõe em torno do grande pátio de entrada com a mesma forma e possui uma fiada de compartimentos em cada ala. Esta fiada única, fácil de observar nas alas poente e norte, não é clara na ala sul, onde encaixam entre si os corpos *A* e *B*, nem na ala nascente, onde as transformações radicais dos séculos XX e XXI apenas deixaram intactas a fachada virada ao pátio e a escadaria de aparato.

O corpo *B* apresentava inicialmente duas fiadas de compartimentos paralelas e da mesma largura, uma virada à rua de Santa Marta e outra virada a nascente, a um pátio de serviço de formato irregular, separadas por uma parede mestra longitudinal. A fiada poente estende-se até ao extremo sul da fachada principal, estreitando no final para se adaptar à largura sobrance do edifício da igreja. A fiada nascente é mais curta, pois fica na direção da capela-mor e da sacristia onde remata de um modo confuso que

reflete não só a história atribulada da ligação do palácio à tribuna, mas também o facto de as paredes do antigo convento não estarem alinhadas com as da construção palaciana. Os cunhais apontados a norte da capela-mor e da sacristia aparecem, assim, como volumes incompatíveis com o *corpo B*, em particular com a sua ala nascente.

O palácio dos condes de Redondo estava dividido em três pisos evidentes na sua frontaria unificada: térreo, intermédio e nobre. Sobre algumas áreas muito limitadas existia mais um andar, de pé-direito reduzido, destinado a uso dos criados.

Todo o piso térreo (Planta 0.0) era ocupado por lojas, armazéns e muitas outras áreas de serviço necessárias a uma casa nobre da dimensão e complexidade desta. Como era comum nas construções palacianas da época, muitos dos compartimentos térreos orientados para a rua de Santa Marta tinham porta direta para o exterior. Porventura alguns deles até teriam feito parte de núcleos temporariamente arrendados. Atualmente ainda se podem ver algumas das referidas portas na fachada principal, embora tenham existido mais que foram, entretanto, substituídas por janelas (Fig. 5).

Poderão ser vestígios desses núcleos, e/ou de «apartamentos» destinados a criados com direito a alojamento para si e para a sua família na edificação palaciana, algumas das várias chaminés que ainda se encontram espalhadas pelo piso térreo do *corpo B* e cujas conexões funcionais são hoje impossíveis de identificar, dadas as respetivas localizações e as transformações profundas a que esta zona tem sido continuamente sujeita. A cozinha principal de uma casa destas, porém, dada a preeminência (quando não proeminência) e individualidade deste tipo de espaços nas habitações da primeira nobreza, só não deixaria vestígios se tivesse sido radicalmente arrasada, coisa que nenhuma parte do palácio aparenta ter sido.

Ora há dois casos de entre as várias chaminés ou vestígios de chaminés ainda identificáveis neste mesmo piso térreo que poderiam ter pertencido a uma cozinha «principal». Na espessa parede poente resiste o que parece ter sido o lar de uma chaminé (C)<sup>42</sup>, associado a um compartimento de grandes dimensões usado atualmente como bar da universidade (Fig. 6).



Planta 0.0 – Piso térreo. C – Chaminé.

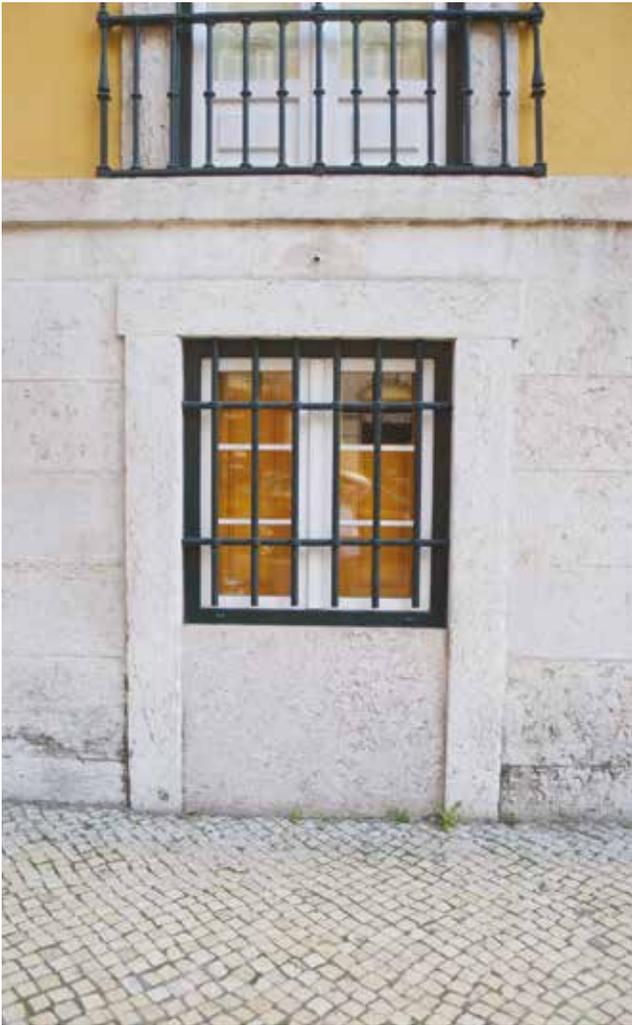


Fig. 5 - Portas e janelas ainda visíveis na fachada do Palácio, 2019.

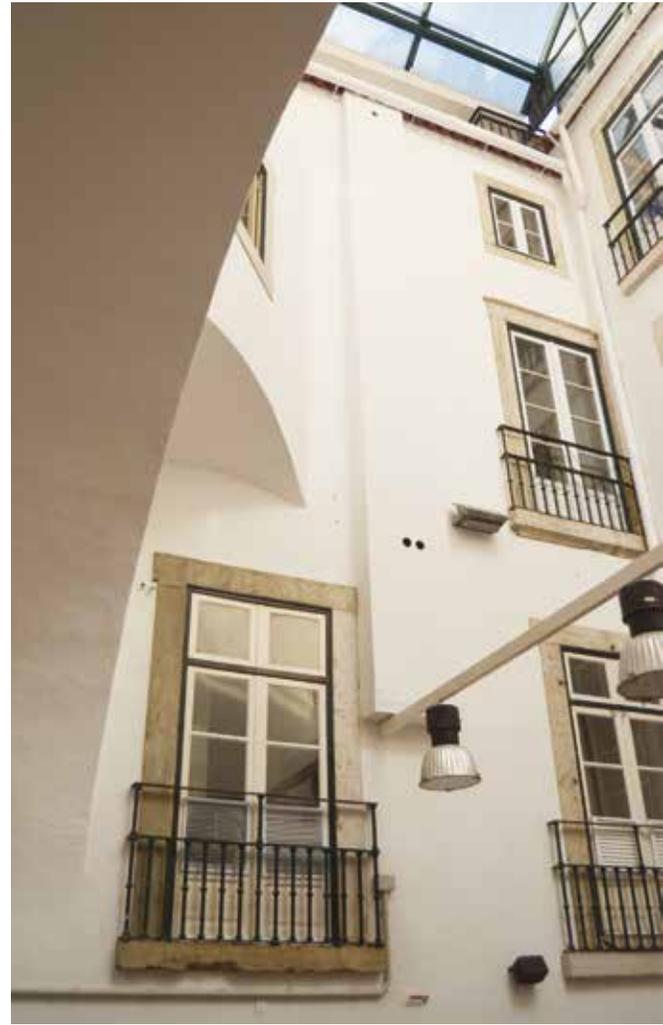


Fig. 7 - Remanescência da chaminé no pátio interior.



Fig. 6 - Antiga chaminé no actual refeitório da universidade.

A respetiva chaminé exterior saliente na fachada do *corpo B* virada para o pátio interior de serviço, muito pequena, deve corresponder à reutilização parcial de uma primitiva grande chaminé já desaparecida (Fig. 7).

Porém, existe uma enorme chaminé (C) cujo espaço interno ainda se conserva parcialmente entaipado e disfarçado de arrecadação até emergir do telhado entalada entre a cobertura do antigo pátio de serviço e a água norte, virada ao pátio principal, da ala sul do *corpo A*. O facto de estar praticamente encostada a uma ampliação (*corpo C*) que prolonga e eleva para nascente a referida ala sul acaba por anular a sua antiga imponência, mas não o seu real e significativo volume.

A importância desta chaminé e a sua necessária relação com uma cozinha essencial no palácio já tinha sido notada por Maria João Banha<sup>43</sup>. A sua existência é também evidente no projeto de alterações de 1990<sup>44</sup>. Para além da sua dimensão e permanência, há outros fatores que apontam para que tivesse sido esta a chaminé associada a uma cozinha principal e não a primeira sugerida. É certo que ambas estão em contacto direto com o pátio de serviço e que nenhuma delas é abobadada, tipo de cobertura normal nas cozinhas implantadas nos pisos inferiores das casas nobres para evitar a propagação dos incêndios que vulgarmente aí deflagravam. A chaminé inserida na fachada poente do pátio até parece ter estado associada a um compartimento de maiores dimensões. No entanto, para uma cozinha de grande atividade, tem o teto baixo demais. Pelo contrário, a chaminé construída no topo nascente da ala sul do *corpo A* estava associada a um compartimento de pé-direito alto, porventura duplo, com anexos abobadados. Era o que se fazia nas cozinhas integradas em corpos habitacionais quando não eram abobadadas. Acontece até que é provável que o corpo da cozinha tivesse nascido encostado ao *corpo A* ou ao *corpo B*, ou, pelo contrário, tivesse precedido pelo menos um deles, não tendo sido concebido inicialmente como corpo integrado. Nessas condições não necessitaria de cobertura abobadada visto que, quando foi construído, os andares superiores não se estenderiam sobre ele.

O espaço que concluímos ter sido a antiga cozinha principal está hoje muito alterado e inclui, até, uma escadaria nova que conduz ao piso intermédio. Embora tornado complexo e de difícil compreensão, devido às sucessivas transformações, a remanescência nesse espaço de, pelo menos, um pilar de pedra isolado, ainda que excêntrico, constitui mais um indício de que era preciso reforçar os apoios de uma cobertura mais alta que o normal. O problema da comunicação entre uma cozinha longínqua e as salas, as antecâmaras e as câmaras, igualmente comum nas grandes casas senhoriais, explica a existência de uma estreita escadinha de madeira, aparentemente esquecida, que arranca ao lado da grande chaminé para conduzir, pelo menos, ao piso intermédio.

No que respeita ao piso 0, enterrado (ou em cave) à medida que se caminha para o extremo norte do palácio, pouco mais se pode dizer. Em particular no *corpo A* onde a primitiva distribuição espacial e funcional da ala norte é uma verdadeira incógnita e cuja ala leste teria sido quase inexistente a este nível.

O portal do palácio abre para uma larga passagem que conduz ao pátio principal. Com um poço ao centro e fachadas de organização regular e formalmente semelhantes à frontaria exterior, parece ter dado acesso apenas ao arco de entrada na escadaria de aparato, aberto ao meio da fachada nascente. As escadas exteriores simétricas que conduzem ao piso intermédio na fachada sul do pátio são, como é óbvio, uma adição recente.



Fig. 8 – Planta da Galeria, datada de 1903. Fig. 9 – Vestígios da galeria sob a varanda, 2019.



Fig. 10 – Vestígios da galeria sob a varanda, 2019.



Fig. 11 – Alçado da fachada com a porta de acesso para o jardim de buxo que ficava sobre a galeria, datado de 1903.

Era na referida passagem coberta que se segue imediatamente ao portal nobre que, logo à esquerda após a entrada, se acedia informalmente à ala norte. Há vários indícios visíveis, mas pouco explícitos quanto à sua natureza, de que essa passagem sofreu diversas transformações e em diferentes cronologias. No entanto, dado que sempre se encontrou desnivelada em relação aos pavimentos do palácio, é natural que, como ainda hoje acontece, permitisse aceder tanto ao piso inferior como ao piso intermédio dessa ala.

Quanto ao primeiro, já foi assinalada a nossa ignorância de como seria utilizado no passado. Também não há muitas pistas que possam evidenciar o tipo de compartimentos que existia no piso intermédio dessa ala. Contudo, é natural que houvesse uma sequência de divisões que comunicavam com a estrutura abobadada que suportava a grande varanda virada ao jardim. Esta probabilidade apoia-se na documentação, nomeadamente na planta desse espaço abobadado datada de 1903 (Fig. 8), na fotografia de inauguração do bairro Camões, datada de 1880 (veja-se a figura 4 da p. 25) e nas imagens captadas durante a obra recente que levou à demolição do que restava dessa estrutura (Fig. 9 e 10).

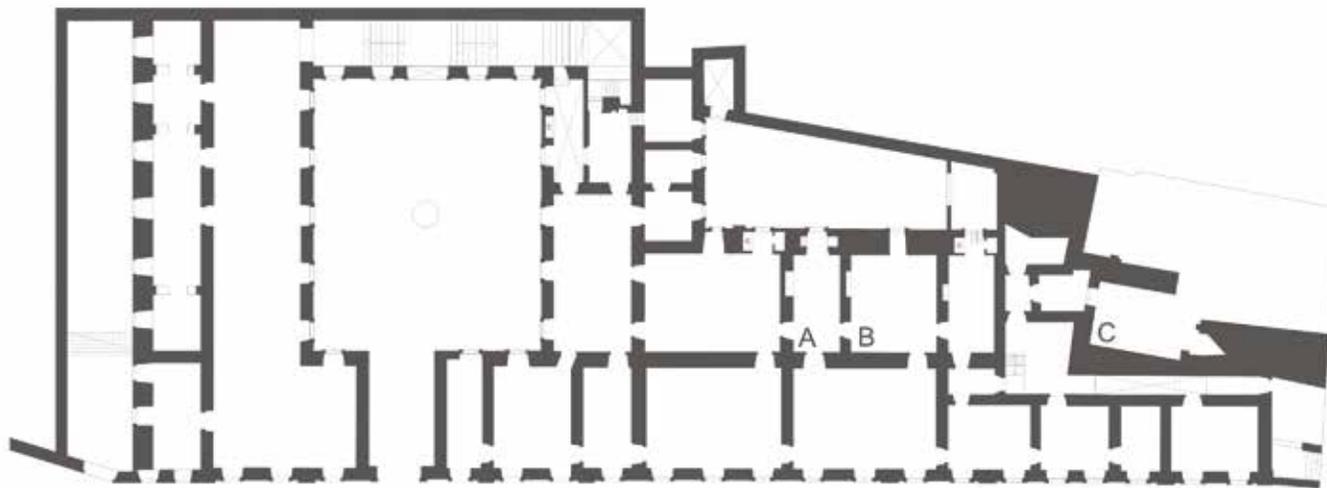
O jardim formal, com o qual confrontava esta ala norte, era igualmente acessível pela rua de Santa Marta, através de um portão que ficava no muro à esquerda do edifício, na sequência de uma edificação contígua à fachada do palácio onde se abriam duas janelas de sacada correspondentes ao topo poente do espaço longitudinal abobadado (Fig. 11). O portão, rematado em arco rebaixado, permitia aceder às escadas que subiam para o jardim de buxo e ao espaço sob a varanda. Através deste ter-se-ia, portanto, ligação ao piso intermédio do palácio.

Na ala norte, porém, só temos algum conhecimento de funções adstritas ao piso nobre. Era aí que ficava a comprida sala que se estendia ao longo da larga varanda debruçada sobre o jardim, já denominada de «galeria» no inventário de 1707/1708. No mesmo inventário, a descrição de uma obra realizada em 1708 diz-nos que teria «quatorze janelas de madeira de angelim»<sup>45</sup>. Será o mesmo compartimento que volta a aparecer nos inventários de 1814 e 1833 como «sala denominada de galeria ou teatro»<sup>46</sup>.

No entanto, para lá chegar de acordo com o «percurso de representação», era necessário atravessar o pátio, depois de passar o portal nobre, e entrar pelo arco que dá acesso à escadaria de aparato. Seria junto a esse arco que as carruagens deixariam normalmente os senhores da casa e, certamente, os visitantes de cerimónia e de mais alto estatuto social.

A escadaria nobre desenvolve-se para a direita do arco e sobe entre paredes formando um L coberto por uma abóbada de berço abatido. O braço maior do L insere-se na ala nascente do *corpo A* e o braço menor na respetiva ala sul, articulando-se por meio de um patamar quadrado coberto por uma abóbada de arestas. Aparenta ser dos espaços menos transformados do palácio, embora a entrada direta da escadaria para o piso intermédio pareça resultar de uma solução de recurso. De facto, é quase a meio do segundo lanço do braço nascente do L que, à direita, se entra através de uma estreita abertura num — atualmente — espaço vestibular na ala sul.

No piso intermédio, com base nos inventários do século XIX, os compartimentos que conseguimos identificar com mais probabilidade são o oratório e respetiva tribuna<sup>47</sup>, situados do lado nascente do *corpo B* (Planta 1.0), e, com toda a certeza, a tribuna integrada na igreja de Santa Marta — um privilégio intermitente dos senhores do Palácio — acessível pelo extremo deste mesmo corpo e pelo mesmo piso.



Planta 1.0 – Piso intermédio. A – Oratório; B – Tribuna de dentro; C – Tribuna de fora.

O inventário de 1701/1708 refere a existência de uma «Irmida» no piso intermédio<sup>48</sup>, nas imediações da «Caza do Presépio»<sup>49</sup>. No inventário de 1732 apenas é mencionada uma «Tribuna»<sup>50</sup>. O de 1780, paradoxalmente, refere um «Oratório»<sup>51</sup> e uma «Capela»<sup>52</sup>. No de 1814 são identificados um «Oratório»<sup>53</sup>, uma «Tribuna próxima da igreja»<sup>54</sup>, uma «Tribuna de fora»<sup>55</sup> e, curiosamente, ainda a «Casa do Presépio»<sup>56</sup>. Na *Relação de Pinturas (...)*<sup>57</sup>, do mesmo ano, encontra-se um «Oratório»<sup>58</sup> e uma «Tribuna»<sup>59</sup>. Finalmente, no *Mandato de Levantamento de Sequestro (...)*, de 1833<sup>60</sup>, o documento que enumera o maior número de compartimentos e funções, apenas se volta a falar na «Casa do Presépio»<sup>61</sup> na sequência do «Corredor que fica no fundo do palácio»<sup>62</sup> e na mesma ordem por que é referido o «Corredor do quarto de baixo»<sup>63</sup> (quarto de baixo = piso intermédio) noutros inventários.

Estas constatações levam a supor que a casa do presépio fazia parte de um conjunto de compartimentos situados no piso intermédio do lado nascente do *corpo B*, entre o oratório e a tribuna debruçada sobre a capela-mor da igreja de Santa Marta, e a conjecturar que essa casa possa ter sido classificada como oratório quando este era chamado de «irmida», ou que possa ter funcionado como tal em certas ocasiões, nomeadamente em época próxima do mandato de sequestro de 1833.

Também são pouco esclarecedoras as referências às tribunas. Por uma questão de facilidade de compreensão da distribuição espacial, chamaremos «tribuna de dentro» à que servia o oratório doméstico e «tribuna de fora» à que estava integrada no corpo da igreja, sobre a sacristia.

Toda esta ala nascente do *corpo B* — tal como a ala poente do mesmo corpo — terá sido servida por portas de comunicação em *enfilade*. O antigo corredor praticamente só existia no extremo sul deste corpo, entre o volume da igreja, onde era interrompida a ala nascente, e a ala poente que acompanhava, como hoje, toda a fachada do palácio até entestar no adro da igreja. Aquando de uma das adaptações do edifício para a instalação da universidade, nos anos 90 do século passado, toda essa *enfilade* desapareceu com a abertura de um largo corredor que, servindo ambas as alas, foi «cortado» à ala nascente.

Depreende-se que o antigo oratório, capela ou ermida correspondesse à atual «sala dos azulejos», compartimento encurtado pela construção do novo corredor e em grande parte revestido por azulejos de tapete de diferentes padrões claramente reutilizados. Embora uma quantidade significativa pudesse

provir do antigo oratório, encontrando-se ou não na posição original, é óbvio que, pelo menos, parte deles tem diferente proveniência. Os fatores que mais corroboram a hipótese desta localização para o oratório são a existência, na parede norte desse compartimento, de um enorme vão em arco abatido certamente destinado ao altar/retábulo (Fig. 12) e em frente, na parede oposta, a marca da abertura do vão da tribuna de dentro (outrora porventura preenchido pelos habituais rotulados de madeira) cuja moldura retangular ainda se encontra *in loco* (Fig. 13). É ainda significativo que no vão da janela de sacada que deita sobre o pátio de serviço, largo e muito profundo dada a espessura dessa parede, exista, num dos nichos dos enxalços laterais, um pequeno lavabo que se assemelha ao de uma sacristia, função que esse pequeno espaço poderia ter desempenhado.

No compartimento contíguo para sul, a atual sala vinte sete, estaria a tribuna de dentro propriamente dita. Na respetiva parede norte vê-se também uma moldura retangular de cantaria, mais larga do que alta, que tem correspondência na moldura do lado do oratório (Fig. 14).

Na mesma ala onde se situava a «tribuna de dentro»<sup>64</sup>, perto do extremo sul do palácio, fica o corredor de acesso à «tribuna de fora»<sup>65</sup>, hoje anexa à igreja de Santa Marta ficando sobre a respetiva sacristia.

Atualmente, o acesso direto do «quarto de baixo» à tribuna de fora encontra-se entaipado. No «Corredor que fica no fundo do palácio» já não há vestígio da porta de comunicação. O compartimento correspondente à antiga tribuna, que se vislumbra através da janela que deita para um pequeno saguão situado no encontro do edifício do palácio com o da igreja, é hoje acessível através da antiga sacristia



Fig. 12 – Arco demarcado, destinado ao altar/retábulo na actual Sala dos azulejos.



Fig. 13 – Abertura da tribuna na actual Sala dos Azulejos.



Fig. 14 – Moldura e antiga abertura na actual sala 27.

sobre a qual se situa, com recurso a uma escada de madeira antes inexistente. Nesse espaço, porém, conserva-se um silhar de azulejos interrompido no local exato da antiga porta para o corredor do palácio e, na parede que confina com a capela-mor (do lado do evangelho, portanto), reconhece-se o enorme vão rematado em arco abatido através do qual os proprietários ou habitantes do palácio assistiam às cerimónias religiosas.

A primeira notícia sobre a data de construção da tribuna é-nos dada pela já referida lápide de 1598 que assinala a conclusão da capela-mor e informa sobre o início da sua construção, dez anos antes, a expensas de D. Helena de Sousa<sup>66</sup>. Após a sua morte, a tribuna foi encerrada e só voltou a abrir no início do século XVII, quando o palácio foi adquirido pelos senhores de Gouveia de Riba-Tâmega<sup>67</sup>. Depois a tribuna voltou a ser encerrada e só reabriu quando D. Catarina de Bragança foi morar para o palácio, entre 1693-99. Contudo, após a sua saída, aquela encerrou novamente para só reabrir no ano de 1714, por ordem do então proprietário, o 11.º conde de Redondo Tomé de Sousa Castelo Branco Coutinho e Menezes, como se pode verificar na documentação referida por Susana Flor<sup>68</sup>. Se verificarmos o inventário de 1833, já não há sequer menção à tribuna, o que pode estar relacionado com a raiz liberal do próprio inventário e com a aproximação da extinção das ordens religiosas. A partir daí desconhecemos qualquer informação sobre a mesma.

Ainda neste piso e no *corpo B*, os inventários dão a conhecer outros compartimentos que ali existiram, alguns de um modo sequencial, pois estão numerados ou fazem parte da mesma família de compartimentos, embora não saibamos exatamente a que espaços correspondiam: «primeira caza do quarto de baixo», «segunda caza», «terceira caza», «quarta caza», «quinta caza da livraria», «sexta caza», «sép-tima caza»<sup>69</sup>. Algumas destas «cazas» devem ser as que no inventário de 1833 têm nomes tão curiosos como «Casa denominada do Macaco», ou «Quarto denominado dos Mouros». No mesmo corpo, mas orientados para a fachada principal estariam os quartos dos filhos do conde de Redondo.

Finalmente, a entrada no piso nobre faz-se no final da escadaria de aparato, depois de subido todo o percurso em «L» (Planta 2.0). A exiguidade do patamar de chegada, densificado por três portas (uma em cada parede), é compensada pela imediata passagem à «sala vaga» através da porta do patamar fronteira

à escadaria. Era a primeira sala de receção e distribuição, com «sinco vãos de alizares brancos que se puzeram nas portas»<sup>70</sup>, e o compartimento deste piso cuja identificação menos dúvidas oferece, tanto pela sua localização, como porque a tradicional designação de «sala vaga», constante do inventário de 1707/1708, é confirmada pela mais moderna designação de «Çala de Espera»<sup>71</sup> ou «Salla d'Espera»<sup>72</sup>, respetivamente na grafia dos inventários de 1814 e 1833.

A partir daqui a posição relativa das salas e quartos principais só pode ser conjectural, não só porque dos inventários não se pode inferir uma sequência segura, mas também porque, como é hábito na casa nobre portuguesa, a mesma função pode ter mudado de posição com o andar dos tempos. Partindo da «sala vaga» propomos três hipóteses de distribuição espacial, nas quais alguns espaços se mantêm na mesma posição relativa, pois existem certezas quanto à sua localização com base documental, enquanto outros correspondem apenas a posicionamentos prováveis.

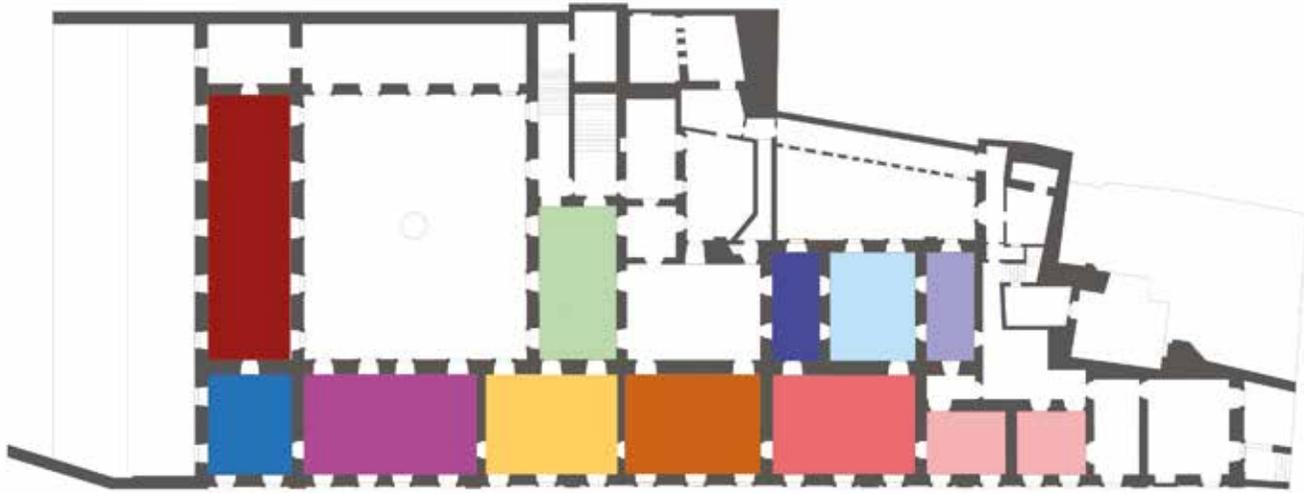
Os compartimentos virados para a fachada principal incluem as grandes salas e os «quartos de estado», como aliás era regra geral nos palácios urbanos do Antigo Regime, e apresentam-se em *enfilade* com a linha de portas de comunicação entre eles perto da frontaria. Normalmente existiriam algumas antecâmaras de ligação, nomeadamente precedendo os quartos dos marqueses (de Borba e condes de Redondo).

Assim, numa primeira hipótese, da «sala vaga» passar-se-ia diretamente ao «Quarto do Marqueza», virado para a rua de Santa Marta, com a «Çala do Dossel» contígua a norte, sobre o portal e a passagem de entrada no pátio do palácio. Seguir-se-ia a «caza do cartório», na esquina, e o «Theatro ou Galeria», que ocupava quase toda a ala norte e cuja fachada fazia frente para a grande varanda sobre o jardim. Partindo do quarto do marquês para sul passava-se ao *corpo B*, onde se seguiria uma antecâmara que daria acesso à «2ª Çala do Dossel». Esta, por sua vez, daria passagem à saleta e aos camarins. Na mesma linha, do lado nascente, ficaria o «Quarto da Marqueza Mãe», que permitia o acesso à «2ª Çala do Dossel», entre a «Casa imediata» e o «Camarim da Marqueza Mãe» (Planta 2.1).

Existe a possibilidade de o local do quarto da marquesa-mãe ser diferente, o que pode estar relacionado com o estatuto que cada marquesa tinha. Se fosse esposa, fazia sentido ficar na *enfilade* do quarto do marquês, mas sendo mãe ficaria numa diferente. Numa segunda hipótese o «Quarto da Marquesa Mãe» ficaria na mesma sequência do quarto do marquês, separados pela «2ª Çala do Dossel», sala esta que mais tarde, como se vê pelo inventário de 1814, terá sido transformada em sala de jantar (Planta 2.2).

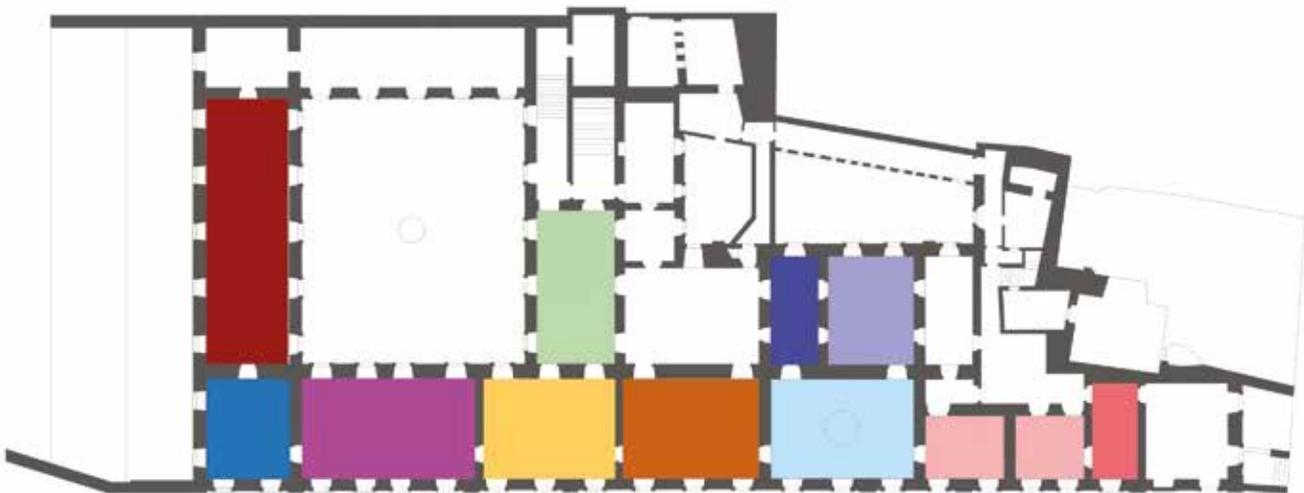
Uma terceira hipótese consiste na existência de uma antecâmara virada para a rua de Santa Marta e contígua à «sala vaga», o que permitiria uma transição mais adequada da zona mais pública para a mais privada, ficando do lado sul o quarto do marquês, que iniciava a sequência dos espaços privados situados ao longo do *corpo B*, e do lado norte a sala do dossel à qual se seguiriam os outros espaços de aparato do *corpo A* (Planta 2.3).

Tanto quanto os dados documentais, incluindo os vestígios físicos existentes, permitem perceber, em vários locais do palácio havia mais um piso habitável, nomeadamente em zonas em que os compartimentos do piso nobre tinham teto plano, pois, neste piso, a maior parte dos compartimentos, sendo de aparato, tinham tetos elevados, maioritariamente de masseira. Os quartos deste piso suplementar, limitado a certas zonas do edifício, algumas sem comunicação de nível entre si, eram principalmente destinados aos aposentos dos criados.



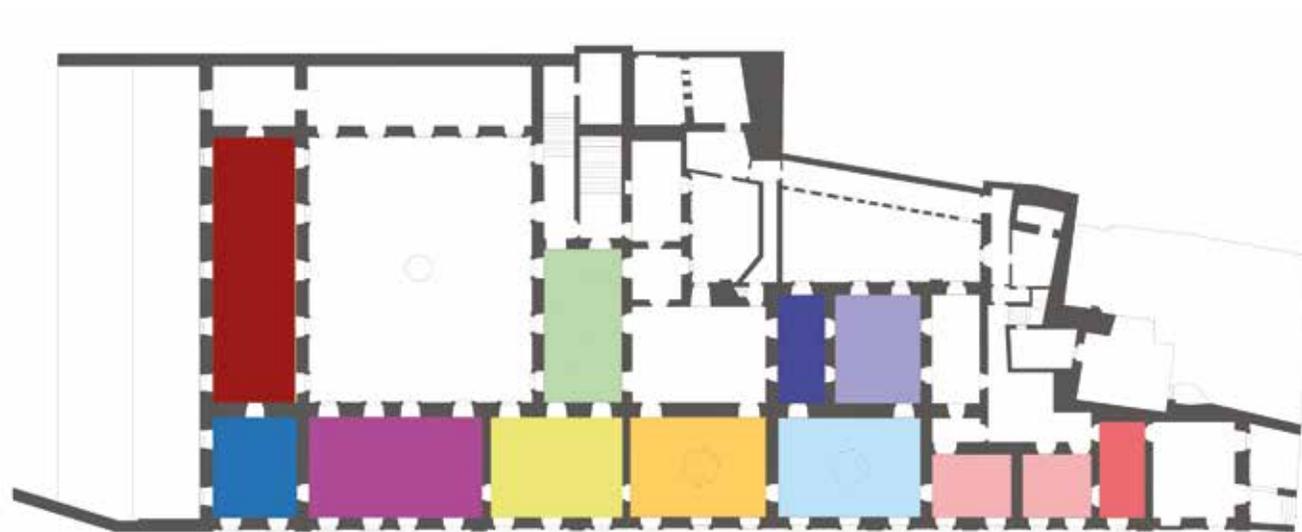
Planta 2.1 – 1ª hipótese de distribuição do piso nobre.

- |   |   |   |
|---|---|---|
| <span style="color: green;">■</span> Sala Vaga          | <span style="color: purple;">■</span> Camarim da Marquiza Mãe | <span style="color: blue;">■</span> Casa do cartório  |
| <span style="color: red;">■</span> Theatro ou Galeria   | <span style="color: orange;">■</span> 2ª Sala do Docel        | <span style="color: pink;">■</span> Saleta            |
| <span style="color: lightpink;">■</span> Camarins       | <span style="color: lightblue;">■</span> Quarto da Marquiza   | <span style="color: darkblue;">■</span> Casa imediata |
| <span style="color: yellow;">■</span> Quarto do Marquês | <span style="color: magenta;">■</span> Sala do Docel          |   |



Planta 2.2 – 2ª hipótese de distribuição do piso nobre.

- |   |   |   |
|---|---|---|
| <span style="color: green;">■</span> Sala Vaga          | <span style="color: orange;">■</span> Sala do Docel             | <span style="color: purple;">■</span> Camarim da Marquiza Mãe |
| <span style="color: blue;">■</span> Casa do cartório    | <span style="color: red;">■</span> Theatro ou Galeria           | <span style="color: pink;">■</span> Saleta                    |
| <span style="color: lightpink;">■</span> Camarins       | <span style="color: lightblue;">■</span> Quarto da Marquiza Mãe | <span style="color: darkblue;">■</span> Casa imediata         |
| <span style="color: yellow;">■</span> Quarto do Marquês | <span style="color: magenta;">■</span> Sala do Docel            |   |



Planta 2.3 – 3ª hipótese de distribuição do piso nobre.

<span style="color: green;">■</span> Sala Vaga	<span style="color: yellow;">■</span> Antecâmara	<span style="color: purple;">■</span> Camarim da Marquesa Mãe
<span style="color: blue;">■</span> Casa do cartório	<span style="color: red;">■</span> Theatro ou Galeria	<span style="color: pink;">■</span> Saleta
<span style="color: lightpink;">■</span> Camarins	<span style="color: lightblue;">■</span> Quarto da Marquês Mãe	<span style="color: darkblue;">■</span> Casa imediata
<span style="color: orange;">■</span> Quarto do Marquês	<span style="color: magenta;">■</span> Sala do Doceel	

Existiam várias maneiras de aceder a estas zonas: ou por uma das escadas de serviço que fazem a ligação direta entre a zona das cozinhas, o piso intermédio e o piso nobre (A); ou pelo «passadiço das criadas»<sup>73</sup>, existente pelo menos desde 1708<sup>74</sup>, que era um corredor em ponte sobre o pátio de serviço e que, a partir do átrio do piso nobre, ligava a zona das salas a uma área destinada aos serviçais na parte posterior do palácio e ainda duas escadas de serviço entre si (B); uma terceira, correspondente a uma destas duas escadas que se iniciava junto à entrada do corredor em ponte e subia pelo interior da grossa parede do tardo do *corpo B* (C); uma quarta constituída por umas escadinhas que subiam também a partir do piso nobre num recanto posterior à capela-mor da igreja de Santa Marta, com frente no lado sul do pátio de serviço (D).

## Conclusão

Fez-se a aproximação possível e conscientemente parcial ao modo como alguns dos sucessivos condes de Redondo teriam vivido no palácio de Santa Marta.

Os dados documentais de que agora dispomos contrariam a interpretação que seríamos tentados a fazer, antes de os conhecermos, quanto à evolução do crescimento do palácio. A edificação de quatro alas dispostas em torno do pátio quadrangular não é, afinal, necessariamente anterior ao grande corpo que prolonga a ala poente para sul até encostar à igreja de Santa Marta. O simples facto de se saber que a ligação do palácio à igreja através de uma tribuna data ainda do século XVI (e neste caso nem era necessário recorrer a documentação arquivística, bastava ler com atenção a lápide que está na parede da capela-mor do lado da epístola) comprova que já existia, então, um corpo sul que até poderá ter feito parte das zonas mais antigas desta casa nobre.

Por outro lado, a ficha SIPA relativa ao «Palácio dos Condes de Redondo» (ver nota 7) indica que a ala sul sofreu um incêndio parcial em 1939. Não sabemos o que se entende neste contexto por ala sul — se a ala sul do pátio quadrangular, se o corpo que fica «a sul» estendendo-se até à igreja. O certo é que em ambos há vestígios construtivos e espaciais diversos que nos remetem para um passado anterior ao século XIX (incluindo tetos de masseira, mesmo que refeitos, nalguns salões), quando, pelo contrário, é na ala norte do palácio que pouco mais restou desse tempo que as paredes exteriores e cuja informação sobre os espaços que julgamos se terem aí situado nos vêm, quase exclusivamente, dos inventários.

Com recurso à documentação, elaborámos hipóteses da distribuição funcional provável no final do Antigo Regime. Os pressupostos em relação à disposição dos compartimentos pelos pisos — térreo, intermédio e superior — estão devidamente justificadas e não levantam dúvidas, a não ser no que respeita à sua posição relativa. Porém, para o piso nobre elencámos três possibilidades para a organização dos espaços, crendo que a mais congruente é a terceira, cuja sequência seria: entrada no piso através da sala vaga que dava acesso a uma antecâmara e fazia a transição entre o espaço privado (quarto do marquês e da marquesa-mãe na ala sul) e o de aparato (sala do dossel, cartório, galeria sobre o jardim na ala norte) com fachadas orientadas para a rua de Santa Marta e para o jardim.

Assim, apesar das interpretações espaciais que sugerimos, os principais elementos de ligação entre o presente e o passado continuam a ser as fachadas visíveis do exterior (poente e norte) e as fachadas internas viradas ao pátio principal. A força da regra que unificou a imagem do palácio em data desconhecida, mas certamente no período que vai entre meados do século XVII e o início do século XVIII, sobrepondo-se literalmente à lógica da distribuição interna de então, é a mesma que hoje sobrevive apesar da organização contemporânea dos interiores.

## Notas

- 1 CITUA, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa.
- 2 IHA FCSH-NOVA e CICH-UAL.
- 3 José Sarmiento de Matos já tinha sugerido a importância da altura nestes palácios ao referir-se à situação do «andar nobre, destacado nas alturas em que o proprietário se entendia colocado», (MATOS, 1989, p. 39).
- 4 Veja-se o capítulo de Raquel Medina Cabeças neste volume de estudos. No levantamento fotográfico de Miguel Figueira de Faria durante as obras realizadas no passeio fronteiro ao portal do palácio, em 1994, foi possível «visualizar a base do fuste soterrada» das respetivas pilastras.
- 5 Nesta fase da investigação, não se descarta a hipótese de o portal ser anterior à obra que deu à fachada a sua imagem atual, podendo ter sido o ritmo das pilastras a integrar um portal já existente.
- 6 Curiosamente, nas guardas das varandas do andar nobre, ao contrário do que acontece nas do piso intermédio, os varões só têm nós nas junções com as barras horizontais.
- 7 Estranhamente, dado que, sendo uma propriedade particular, todas as obras nela efetuadas deveriam implicar autorização camarária e, deferidas ou não, ficar arquivadas. O palácio está classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1974.
- 8 Veja-se o capítulo de Margarida Elias e Raquel H. Silva neste volume de estudos.
- 9 *Palácio dos Condes de Redondo/Universidade Autónoma de Lisboa*. Lisboa: SIPA, Sistemas de Informação para o Património Arquitectónico. Ficha IPA.00006225.
- 10 Veja-se o capítulo de Vítor Serrão, neste volume de estudos.
- 11 Designação comum para a cerimónia que se realizou, na fronteira do Caia, quando da «entrega» da princesa Maria Bárbara, filha de D. João V, destinada a casar com o herdeiro da coroa espanhola, e da «recepção» da princesa D. Mariana Vitória, filha de Filipe V, destinada a casar com o príncipe D. José, herdeiro do trono português.
- 12 DOMINGO, D. (1727). *Descripcion del artificio de fuego con que el Exmo. Sr. Marques de los Balbazes... celebrò el feliz nacimiento de el Ser.mº S.r D. Luis Antonio Infante de España en 10 de Septiembre del año de 1727 en Lisboa*. [Ulyssip.]: T. Andreas Harrewyn impressa Regia, *Apud MIGUEL*, 2012 (veja-se Fig. 8, p. 146).
- 13 KUBLER, 1972.
- 14 CASTILHO, 1903; CASTELO BRANCO, 1990; FRANÇA, 1980.
- 15 CORREIA, 1986; FERRÃO, 1994.
- 16 MATOS, 1997, p. 34.
- 17 *Idem*, p. 37.
- 18 CALDAS, 2012.
- 19 CUNHA, & MONTEIRO, 2011, pp. 204-205.
- 20 MIGUEL, 2012.
- 21 FERRÃO, 1994.
- 22 BNP, Reservados, Cx. 04, Doc. N.º 54-A, ff. 1r.-3v (Cota antiga: BNP, Reservados, Coleção Pedrogão e Figueiró dos Vinhos, Cx. 01-01).
- 23 ANTT, Feitos Findos, Orfanológicos, Letra C, Maço 23, N.º 1, *Inventário do Excelentíssimo Senhor Conde de Redondo Fernando de Sousa Coutinho Castel-Branco e Menezes, que se continuou com a Excelentíssima Senhora Condessa do Redondo, viúva do sobredito, Dona Luísa de Portugal (1707-1708)*, ff. 53-55.
- 24 BNP, Reservados, Cx. 04, Doc. N.º 54-A, ff. 1r.-3v;
- 25 *Idem*.
- 26 ANTT, Feitos Findos, Orfanológicos, Letra C, Maço 23, N.º 1, *Inventário do Excelentíssimo Senhor Conde de Redondo Fernando de Sousa Coutinho Castel-Branco e Menezes, que se continuou com a Excelentíssima Senhora Condessa do Redondo, viúva do sobredito, Dona Luísa de Portugal (1707-1708)*; ANTT, Feitos Findos, Orfanológicos, Letra C, Maço 24, N.º 3, *Inventário dos bens que ficaram por falecimento da Excelentíssima Condessa de Redondo, Dona Luísa de Portugal o qual se continuou com o Excelentíssimo Chantre da Santa Igreja Patriarcal seu testamenteiro (1732)*; ANTT, Feitos Findos, Orfanológicos, Letra C, Maço 27, N.º 4, *Inventário dos bens que ficaram por óbito da Excelentíssima Condessa de Redondo D. Maria Antónia de Menezes e se continua com o viúvo, seu marido o Excelentíssimo Conde Fernando de Sousa (1780)*; ANTT, Feitos Findos, Orfanológicos, Letra M, Maço 190, N.º 8, *Inventário dos bens que ficaram por falecimento do Excelentíssimo Marquês de Borba, Tomé José de Sousa Coutinho Castelo Branco e Menezes, de que é inventariante e cabeça de casal o filho primogénito o Excelentíssimo Marquês Fernando Maria de Sousa Coutinho Castelo Branco e Menezes (1814)*; ANTT, Academia Nacional das Belas Artes, Documentação comprada a Ângelo Pereira, *Relação das pinturas do Ex.mo Sr. Marquez de Borba, 2-A-SEC.75*.
- 27 BNP, Reservados, Cx. 04, Doc. N.º 54-A. (Cota antiga: BNP, Reservados, Coleção Pedrogão e Figueiró dos Vinhos, Cx. 01-01).
- 28 ANTT, Feitos Findos, Orfanológicos, Letra C, Maço 23, N.º 1, f. 183r.
- 29 BNP, Reservados, Cx. 04, Doc. N.º 54-A, f. 16r.
- 30 ANTT, A.N.B.A., *Relação das pinturas do Ex.mo Sr. Marquez de Borba, 2-A-SEC.75*, f. 8.
- 31 BNP, Reservados, Cx. 04, Doc. N.º 54-A, f. 8.
- 32 ANTT, Feitos Findos, Orfanológicos, Letra M, Maço 190, N.º 8, f.
- 33 BNP, Reservados, Cx. 04, Doc. N.º 54-A, f. 3v; ANTT, Feitos Findos, Orfanológicos, Letra M, Maço 190, N.º 8, f. 62r; ANTT, Feitos Findos, Orfanológicos, Letra C, Maço 23, N.º 1, f. 183r.
- 34 ANTT, A.N.B.A., *Relação das pinturas do Ex.mo Sr. Marquez de Borba, 2-A-SEC.75*, f. 8.
- 35 *Idem*, f. 43v.
- 36 ANTT, Feitos Findos, Orfanológicos, Letra M, Maço 190, N.º 8, f. 40v.
- 37 ANTT, Feitos Findos, Orfanológicos, Letra C, Maço 27, N.º 4, f. 6r; ANTT, Feitos Findos, Orfanológicos, Letra M, Maço 190, N.º 8, f. 47v; ANTT, ANBA, *Relação das pinturas do Ex.mo Sr. Marquez de Borba, 2-A-SEC.75*, f. 3.
- 38 ANTT, Feitos Findos, Orfanológicos, Letra C, Maço 24, N.º 3, f. 32r; ANTT, Feitos Findos, Orfanológicos, Letra

- M, Maço 190, N.º 8, f. 34v; ANTT, ANBA, *Relação das pinturas do Ex.mo Sr. Marquez de Borba*, 2-A-SEC.75. f. 1. No caso da tribuna, a reação religiosa em 1833 já era duvidosa devido à expulsão das ordens religiosas pelos liberais, o que pode justificar a ausência deste espaço no inventário.
- 39 No presente volume, Isabel Mendonça defende uma hipótese sequencial nos inventários de 1814 e 1833.
- 40 ANTT, Feitos Findos, Orfanológicos, Letra C, Maço 23, N.º 1, ff. 175.
- 41 *Descripcion del artificio de fuego com que el Exmo. Sr. Marquez de los Balbazes...*, por D. Domingo delin; Vicentius Nogueira f. V Vlyssip. – [Ulyssip.]: T. Andreas Harrenwyn impress.. Regis, [1927], gravura: água-forte, 55,4x40,6cm (matriz), Biblioteca Nacional de Portugal, Cota: BN e-550-a.
- 42 Indicação na planta.
- 43 BANHA, 2017, p. 64 e anexos 14 a 18.
- 44 AML, Obra 15832, Proc. 704/1990.
- 45 ANTT, Feitos Findos, Orfanológicos, Letra C, Maço 23, N.º 1, ff. 183-183v
- 46 BNP, Reservados, Cx. 04, Doc. N.º 54-A, f. 3v;
- 47 ANTT, Feitos Findos, Orfanológicos, Letra M, Maço 190, N.º 8, f. 29.
- 48 ANTT, Orfanológicos, Letra C, Maço 23, n.º 1, f. 17.
- 49 *Idem*.
- 50 ANTT, Orfanológicos, Letra C, Maço 24, n.º 3.
- 51 ANTT, Orfanológicos, Letra C, Maço 27, n.º 4.
- 52 *Idem*.
- 53 ANTT, Orfanológicos, Letra M, Maço 190, n.º 8, f. 34v.
- 54 ANTT, Orfanológicos, Letra M, Maço 190, n.º 8.
- 55 *Idem*.
- 56 *Ibidem*
- 57 ANTT, Academia Nacional das Belas Artes, Documentação comprada a Ângelo Pereira, *Relação das pinturas do Ex.mo Sr. Marquez de Borba*, 2-A-SEC.75.
- 58 *Idem*.
- 59 *Ibidem*.
- 60 *Mandado de Levantamento de Sequestro feito no Palácio do Marquez de Borba, a Santa Martha, e nos mais objectos nelle evidentes, passado o requerim.to*, BNL, Cx. 4 - Doc. n.º 54-A
- 61 *Idem*.
- 62 *Ibidem*.
- 63 ANTT, Orfanológicos, Letra M, Maço 190, n.º 8.
- 64 ANTT, Feitos Findos, Orfanológicos, Letra M, Maço 190, N.º 8, f. 29r.
- 65 *Idem*.
- 66 Ver a página 185 do presente texto.
- 67 Veja-se o capítulo de Nuno Gonçalo Monteiro neste volume de estudos.
- 68 Ver neste livro o capítulo de Susana Varela Flor.
- 69 ANTT, Feitos Findos, Orfanológicos, Letra M, Maço 190, N.º 8, ff. 49-53v.
- 70 ANTT, Feitos Findos, Orfanológicos, Letra C, Maço 23, N.º 1, f. 183r.
- 71 ANTT, Orfanológicos, Letra M, Maço 190, n.º 8.
- 72 BNL, Cx. 4 - Doc. n.º 54-A.
- 73 ANTT, Feitos Findos, Orfanológicos, Letra C, Maço 23, N.º 1, ff. 178.
- 74 ANTT, Feitos Findos, Orfanológicos, Letra C, Maço 23, N.º 1, ff. 175-178.

## Apêndice documental

### Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Feitos Findos, Orfanológicos, Letra C, Maço 23, N.º 1, *Inventário do Excelentíssimo Senhor Conde de Redondo Fernando de Sousa Coutinho Castel-Branco e Menezes, que se continuou com a Excelentíssima Senhora Condessa do Redondo, viúva do sobredito, Dona Luísa de Portugal (1707-1708)*

Feitos Findos, Orfanológicos, Letra C, Maço 24, N.º 3, *Inventário dos bens que ficaram por falecimento da Excelentíssima Condessa de Redondo, Dona Luísa de Portugal o qual se continuou com o Excelentíssimo Chantre da Santa Igreja Patriarcal seu testamenteiro (1732)*

Feitos Findos, Orfanológicos, Letra C, Maço 27, N.º 4, *Inventário dos bens que ficaram por óbito da Excelentíssima Condessa de Redondo D. Maria Antónia de Menezes e se continua com o viúvo, seu marido o Excelentíssimo Conde Fernando de Sousa (1780)*

Feitos Findos, Orfanológicos, Letra M, Maço 190, N.º 8, *Inventário dos bens que ficaram por falecimento do Excelentíssimo Marquês de Borba, Tomé José de Sousa Coutinho Castelo Branco e Menezes, de que é inventariante e cabeça de casal o filho primogénito o Excelentíssimo Marquês Fernando Maria de Sousa Coutinho Castelo Branco e Menezes (1814)*

Academia Nacional das Belas Artes, Documentação comprada a Ângelo Pereira, *Relação das pinturas do Ex.mo Sr. Marquez de Borba*, 2-A-SEC.75 (1814)

### Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

BNP, Reservados, Cx. 04, Doc. N.º 54-A (1833), (Cota antiga: BNP, Reservados, Coleção Pedrogão e Figueiró dos Vinhos, Cx. 01-01)

## Bibliografia

- BANHA, Maria João (2017). *Palácios perdidos no tempo: adaptação às exigências contemporâneas como estratégia de preservação*. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto Superior Técnico. Lisboa.
- CASTELO BRANCO, Fernando (1990). *Lisboa Seiscentista*. 4.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- CALDAS, João Vieira (2012). «João Antunes e a casa nobre do seu tempo». Policopiado. Artigo destinado às atas não publicadas do Simpósio *João Antunes (1643-1712) e a arte do seu tempo*, realizado em Lisboa, no Panteão Nacional, em 2012.
- CASTILHO, Júlio de (1903). *Lisboa Antiga: Bairro Alto*. 2.ª ed. Lisboa: Bertrand.
- CORREIA, José Eduardo Horta (1986). «A arquitectura: maneirismo e estilo chão». In Vitor Serrão (coord.), *Histó-*

*ria da Arte em Portugal: o maneirismo*. Lisboa: Publicações Alfa, vol.7, pp. 93 -135.

CUNHA, Mafalda Soares da & MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2011). «As grandes casas». In Nuno Gonçalo Monteiro (coord.), *História da Vida Privada em Portugal: a Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, pp. 202-243.

FERRÃO, Leonor (1994). «Lisboa Barroca: da Restauração ao Terramoto de 1755: desenvolvimento urbanístico: os palácios e os conventos». In Irisalva Moita (coord.), *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 239-282.

FRANÇA, José-Augusto (1980). *Lisboa: urbanismo e arquitectura*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

KUBLER, George (1972). *Portuguese Plain Architecture. Between Spices and Diamonds: 1521-1707*. Middletown: Wesleyan University Press.

MATOS, José Sarmiento de (1989). «Arquitectura Civil». In José Fernandes Pereira (dir.), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 38-42.

MATOS, José Sarmiento de (1997). «O palácio e a cidade». In *Lisboa Iluminista e o seu tempo*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 33-49.

MIGUEL, Pedro Lopes Madureira Silva (2012). *Descobrir a dimensão palaciana de Lisboa na primeira metade do século XVIII. Titulares, a corte, vivências e sociabilidades*. Lisboa: Universidade Nova. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 2 Vols.

*Palácio dos Condes de Redondo/Universidade Autónoma de Lisboa*. Lisboa: SIPA, Sistemas de Informação para o Património Arquitectónico, Ficha IPA.00006225.

## ANEXOS

### Anexo 1

Documento
<i>Inventário do Exellentíssimo Senhor Conde de Redondo Fernando de Sousa Coutinho Castel-Branco e Meneses, que se continuou com a Excelentíssima Senhora Condessa do Redondo, viúva do sobredito, Dona Luísa de Portugal</i>
<b>Ano:</b> 1707/1708
<b>Cota:</b> ANTT, Orfanológicos, Letra C, Maço 23, n.º1
Espaços no Palácio
Caza do gavinete da Livraria
Caza da 1ª Livraria
Livraria
Botica
Cozinha de dentro
Cazas das Criadas
Passadiço
Serventia das cazas das criadas
Guarda-roupa grande
Casa de escrever
Sala Vaga
Galeria
Tanque
Casas do Pombal
Casas do Caseiro
Escadas do Caseiro
Pátio dos Pombos
Sala e Saleta das antecâmeras
Guarda-Roupa (sobre a entrada do pátio)
Corredor do quadro de baixo
Caza do Presépio
Casa imediata ao Presépio
Irmida
<b>Nº de espaços:</b> 23

**Anexo 2**

Documento
<i>Inventário dos Bens que ficaram por falecimento da Excelentíssima Condessa de Redondo, Dona Luísa de Portugal o qual se continuou com o Excelentíssimo Chantre da Santa Igreja Patriarcal seu testamenteiro</i>
<b>Ano:</b> 1732
<b>Cota:</b> ANTT, Orfanológicos, Letra C, Maço 24, nº3
Espaços no Palácio
Tribuna
<b>Nº total de espaços:</b> 1

**Anexo 3**

Documento
<i>Inventário dos Bens que ficaram do óbito da Excelentíssima Condessa de Redondo D. Maria Antónia de Menezes e se continua com o viúvo, seu marido o Excelentíssimo Conde Fernando de Sousa</i>
<b>Ano:</b> 1780
<b>Cota:</b> ANTT, Orfanológicos, Letra C, Maço 27, nº4
Espaços no Palácio
Oratório
Capela
<b>Nº de espaços:</b> 2

**Anexo 4**

<b>Documento</b>
<i>Inventário que se fez dos bens que ficaram do falecimento da Excelentíssima Condessa do Redondo, Dona Luísa de Portugal.</i>
<b>Ano:</b> 1814
<b>Cota:</b> ANTT, Orfanológicos, Letra M, Maço 190, nº8
<b>Espaços no Palácio</b>
Tribuna de dentro
Tribuna de fora
Oratório
1º camarim
2º camarim
Caza da câmara
Caza imediata à da câmara
Caza do Docel
8ª caza baixa
Caza imediata à do Docel
Çaleta
Caza do cartório
Segunda caza do Docel
Camarim da Senhora Marqueza Mai
Câmara da condessa Mai
Caza imediata
Corredor
Çala de Espera
Quarto do Exc. Marquez
Caza de jantar
Tribuna próxima da igreja
1ª caza do quarto de baixo
2ª caza
3ª caza
4ª caza
5ª caza da Livraria
6ª caza
7ª caza
8ª caza
Corredor do quarto de baixo
Caza do Presépio
Caza imediata ao Presépio
Theatro
Çala do Docel Junto à Galeria
Copa
Caza junta ao mesmo forno
Adega
<b>Nº total de espaços:</b> 38

**Anexo 5**

<b>Documento</b>
<i>Relação de Pinturas Ex.mo Marquez de Borba</i>
<b>Ano:</b> 1814
<b>Cota:</b> ANTT, Academia Nacional das Belas Artes, Documentação comprada a Ângelo Pereira, Relação das pinturas do Ex.mo Sr. Marquez de Borba, 2-A-SEC.75.
<b>Espaços no Palácio</b>
1ª Sala do docel
Casa do cartório
2ª Casa do Docel Próxima do Jardim
Oratório
Tribuna
Quarto de Baixo da 1ª Casa
2ª Casa
Casa Próxima à Livraria
3ª Casa
<b>Nº total de espaços:</b> 9

**Anexo 6**

<b>Documento</b>
<i>Mandado de Levantamento de Sequestro feito no Palácio do Marquez de Borba, a Santa Martha, e nos mais objectos nelle evidentes, passado o requerim.to</i>
<b>Ano:</b> 1833
<b>Cota:</b> BNL, Cx. 4 - Doc. n.º54-A
<b>Espaços no Palácio</b>
Salla denominada da Galeria, ou do Theatro
Salla Amarella
Salla do Cartório
Salla denominada de Salleta
Salla Verde
Salla denominada do Docel
Salla denominada Salla comprida
Câmara do Conde Redondo
Camarim da Condessa do Redondo
Casa de Jantar
Casa denomida de Livraria
Quartos dos filhos do ditto Marquez
Quarto do Conde de Redondo
Casa denominada do Macaco
Casa denominada dos Papeis
Quarto immediato
Quarto denominado dos Mouros
Casa denominada do Cravo
Salla do Bilhar
Salla denominada Azul
Casa denominada da Cavera(?)
Casa immediata
Antecâmara
Casa da costura
Câmara denominada dos Ministros
Camarim, última casa do palácio
Corredor contíguo
Salla d'Espera
Cozinha
Copa
Cocheira
Corredor que fica no fundo do palácio
Casa do Presépio

**Anexo 6 (continuação)**

<b>Documento</b>
Corredor
Adega
Celleiro
Eira
Arriba
Tribuna
Capela
<b>Nº de espaços: 41</b>